



2º Simulado Especial

TSE

Unificado

Analista Judiciário

Área Judiciária

Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TSE (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária** do TSE;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TY8tZhWGnjAP73rF6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/YCfE>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1****Uma agenda prioritária**

“Calamitosus est animus futuri anxius” – traduzindo, “Infeliz é o espírito ansioso pelo futuro”. A máxima é de Sêneca (4 a.C.- 65 d.C.), monumento da filosofia latina. Seu foco era a importância de saber viver o presente; no entanto, é inegável que a ansiedade se vincula ao futuro, ao porvir. No Brasil, como se sabe, o futuro costuma durar muito tempo – daí o estado de ansiosa infelicidade diante das urgências que assolam o país em tantos e diversos aspectos da vida social.

Embora seja uma das nações mais urbanizadas do mundo, o Brasil maltrata a parcela maior dos habitantes das urbes, formada exatamente pelos menos favorecidos. Assim, nem é preciso sublinhar o quanto de ansiedade existe em relação ao futuro a ser moldado pelos prefeitos e vereadores que se elegeram ou foram reconduzidos aos respectivos postos nas eleições. [...] Esses gestores locais se encontram diante de uma agenda emergencial: a viabilização de cidades de fato inclusivas social e ambientalmente, atentas aos territórios de maior vulnerabilidade, onde se aglomeram milhões de pessoas sem moradia digna, saneamento básico, equipamentos de lazer ou áreas verdes, para ficar em uma lista mínima de carências.

Muitos problemas das cidades exigem soluções em escala mais ampla que o território do município. As regiões metropolitanas, onde se encontra a maior parte da população brasileira, apresentam um tecido urbano conturbado, podendo ser caracterizadas como uma única cidade que se estende por vários municípios. A Constituição do país permite nesses casos que as funções públicas de interesse comum, como saneamento básico, mobilidade e controle da expansão urbana, sejam integradas por uma estrutura de governança interfederativa, da qual participem o estado e os municípios. Tal estrutura já existe, todavia é preciso que seja valorizada – com a devida cobrança nessa direção. [...]

Desde o deslocamento dos indivíduos e de cargas até o fornecimento de água, energia e telecomunicações, quanto maior a densidade de ocupação do espaço, menor o custo de provisão dos serviços e de manutenção da infraestrutura. Entretanto, na maior parte das cidades brasileiras está em curso um processo de crescimento horizontal excessivo, que produz bairros de baixíssima densidade, ao mesmo tempo em que as áreas centrais e históricas se degradam e são abandonadas. A reversão desse processo é imperativa, se não quisermos viver apenas entre condomínios fechados e shopping centers, conectados por avenidas muradas, deixando a maior parte da população vulnerável socialmente condenada a morar nas periferias distantes, sem infraestrutura urbana adequada. [...]

[ADAPTADO] Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/uma-agenda-prioritaria/>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

A respeito das ideias e da tipologia do texto 1, julgue os itens subsequentes.

- 01.** O texto 1 é predominantemente dissertativo expositivo.
- 02.** De acordo com o texto, a maior parte dos habitantes das cidades brasileiras são pessoas desfavorecidas economicamente.
- 03.** Infere-se que a ansiedade dos brasileiros é consequência das urgências que assolam o país.
- 04.** Depreende-se da leitura do texto que a revitalização das áreas centrais e históricas das grandes metrópoles é necessária para garantir uma infraestrutura urbana adequada.
- 05.** Segundo o texto, as regiões metropolitanas são caracterizadas por funcionarem como uma única cidade que abrange vários municípios, por isso são ambientes costumeiramente ordeiros.

06. De acordo com as informações do texto, é necessário que os governos estaduais e municipais criem leis para incentivar uma estrutura de governança interfederativa que integre funções públicas de interesse comum.

07. Na construção argumentativa do texto, o autor cita Sêneca para concluir que, no Brasil, o estado de ansiedade tem relação com o modo com que o brasileiro vive o presente, desvinculado com o futuro quanto a questões relativas à vida social.

Julgue os itens subsequentes, em relação aos aspectos gramaticais do texto 1.

08. No trecho do segundo parágrafo “o quanto de ansiedade existe em relação ao futuro”, a substituição da forma verbal “existe” por “há” não prejudicaria a correção gramatical nem os sentidos do texto.

09. No segundo parágrafo, o sinal de dois-pontos em “agenda emergencial:” introduz um esclarecimento.

10. No trecho do segundo parágrafo “milhões de pessoas sem moradia digna, saneamento básico, equipamentos de lazer ou áreas verdes” as vírgulas são usadas para separar uma enumeração.

11. No trecho “uma única cidade que se estende por vários municípios” do 4º parágrafo, a próclise do pronome “se” é facultativa.

12. No primeiro parágrafo, o ponto e vírgula após “viver o presente” poderia ser substituído por ponto final, com os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas, sem prejuízo da correção gramatical.

13. No último parágrafo do texto, em “conectados por avenidas muradas”, a preposição “por” denota causa.

14. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso o vocábulo “Entretanto” em “Entretanto, na maior parte das cidades brasileiras”, no último parágrafo, fosse substituído por “Porquanto”.

15. No último parágrafo, em “crescimento horizontal excessivo” o vocábulo “excessivo” classifica-se como advérbio de intensidade.

16. No segmento “socialmente condenada a morar nas periferias”, no último parágrafo, poderia ser corretamente inserido o acento indicativo de crase no vocábulo “a”, em razão da regência do vocábulo “condenada”.

TEXTO 2

Tudo aconteceu muito depressa. No dia em que saí do castigo, a sinhá mandou me chamar e disse que era para eu subir com a minha trouxa. A Esméria não soube explicar o motivo e fiquei com medo de ser mandada de volta a fazenda, pois a Antônia disse que tinha acabado de chegar um homem com ares de capataz ou algo assim. A sinhá Ana Felipa me esperava na sala, com o Banjokô no colo, e informou que eu tinha sido alugada, que podia me despedir do meu filho, pois ele ficaria muito bem com ela, e que estava fazendo aquilo porque não poderia se arriscar me mantendo por perto depois do que eu tinha feito. Acho que, na verdade, ela tinha um grande medo de que eu fugisse levando o menino, coisa que, confesso, tinha passado muitas vezes pelos meus pensamentos, mas que eu não tinha coragem de fazer. Não por mim, que poderia arrumar maneiras de me cuidar, mas ele ainda era muito pequeno e precisava de cuidados, não podia dormir em qualquer lugar ou ficar sem ter o que comer, pois meu leite já tinha começado a diminuir e poderia acabar de vez se eu não me alimentasse bem. Nos primeiros dias do castigo, o peito ficava tão cheio que chegava a doer, mas a Antônia tinha me instruído a tirar

um pouco todas as manhãs e antes de dormir, e a cada dia eu precisava tirar menos que no dia anterior. [...]

E foi assim que saí da casa da sinhá Ana Felipa e entrei na casa da família Clegg, agarrada pelo braço por um escravo deles e equilibrando na cabeça uma trouxa com duas mudas de roupa, depois de ter dado um único beijo no rosto do meu filho e tê-lo deixado chorando nos braços de sua protetora. A sinhá disse que eu poderia vê-lo aos domingos, com ela por perto, e que aquilo não era uma venda, ela estava apenas me alugando e, dependendo de como eu me comportasse, poderia desfazer o negócio. Não tive tempo de me despedir dos outros, apenas um rápido olhar para a Esméria e a Antônia, e o choro do Banjokô me acompanhou até o portão.

(GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. ADAPTADO. Rio de Janeiro: Record, 2006).

A respeito das ideias e da tipologia do texto 2, julgue os itens subsequentes.

17. Quanto ao tipo textual, o texto 2 classifica-se como narrativo.
18. Conclui-se que a personagem que narra o texto já havia estado ou vivido em uma fazenda.
19. É correto inferir das ideias veiculadas no texto uma indiferença e negligência da personagem que narra o texto para com o próprio filho.
20. Conforme o texto, Banjokô poderia ser visitado pela mãe semanalmente, com supervisão.
21. Seriam preservadas as ideias do texto caso o vocábulo “cuidados” em “ele ainda era muito pequeno e precisava de cuidados”, no primeiro parágrafo, fosse substituída por “carinho”.

Julgue os itens subsequentes, em relação às estruturas linguísticas do texto 2.

22. O emprego da vírgula em “No dia em que saí do castigo, a sinhá mandou me chamar”, no primeiro parágrafo, é obrigatório.
23. A vírgula em “tinha sido alugada, que podia me despedir do meu filho”, no primeiro parágrafo, tem a finalidade de demarcar o início de uma oração explicativa.
24. Os vocábulo “saí” e “sinhá” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
25. No trecho do primeiro parágrafo “a Antônia disse que tinha acabado de chegar um homem”, a substituição da forma verbal “tinha acabado” por “acabara” alteraria o sentido do texto, porém sua correção gramatical seria preservada.
26. No trecho do primeiro parágrafo “se eu não me alimentasse bem”, a forma verbal “me alimentasse” poderia ser substituída por “me alimente”, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto.
27. Em “ela tinha um grande medo de que eu fugisse levando o menino”, no primeiro parágrafo, a forma verbal “fugisse” indica uma hipótese.
28. O vocábulo “olhar”, no trecho do segundo parágrafo “apenas um rápido olhar”, classifica-se gramaticalmente como substantivo.
29. A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso se inserisse a preposição “a” após “chegar” em “tinha acabado de chegar um homem”, no primeiro parágrafo.

30. Em “ficaria muito bem com ela”, no primeiro parágrafo, a forma pronominal “ela” retoma “sinhá Ana Felipa”.
31. Em “chorando nos braços de sua protetora” o último parágrafo, a forma pronominal “sua” tem como referente o termo “protetora”.
32. No trecho do último parágrafo “aquilo não era uma venda, ela estava apenas me alugando [...]”, há uma relação de explicação entre as orações.
33. No trecho do primeiro parágrafo “A sinhá Ana Felipa me esperava na sala”, o pronome “me” poderia ser deslocado para depois do verbo “esperava”, sem prejuízo da correção gramatical.

TEXTO 3

Milhares de imóveis da União estão vagos para uso

No centro do Rio de Janeiro, a dois quarteirões da Igreja da Candelária, um edifício de 11 andares permanece vazio há cerca de oito anos. Conhecido como Palácio dos Esportes, o prédio serviu de sede para a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA), extinta em 1998, e, depois, para diversas associações esportivas que o ocuparam esporadicamente. O edifício chegou a ser cotado para servir de sede do Porto Maravilha. A reforma do Palácio dos Esportes, contudo, foi descartada, pois considerou-se inviável a obra: somente o custo inicial do projeto de readequação das instalações era de R\$ 4,2 milhões.

Abandonado, o prédio, propriedade da União, foi ocupado por um grupo não identificado em agosto de 2015 e esvaziado, no dia seguinte, pela Polícia Militar. Hoje, segue com as portas fechadas e deve ser destinado à Marinha, que assumirá o ônus da recuperação e manutenção das instalações.

Além dos imóveis comprovadamente vagos, podem existir muitos outros, já que propriedades cedidas a outros órgãos, como governos e prefeituras, podem estar sob a descrição de “em guarda provisória”.

[ADPATADO] Disponível em: <<https://apublica.org/2018/06/milhares-de-imoveis-da-uniao-estao-vagos-para-uso/>>

A respeito das ideias e da tipologia do texto 3, julgue os itens subsequentes.

34. O texto defende a importância de o governo destinar o uso dos prédios públicos vagos para serviços públicos essenciais.
35. Infere-se da leitura do texto que a reforma do Palácio dos Esportes foi interrompida pela metade após ser considerada muito dispendiosa.
36. De acordo com o texto, o prédio do Palácio dos Esportes foi destinado à Polícia Militar, que fará a manutenção das instalações.
37. Conforme o texto, é provável que haja uma série de outros imóveis da União desocupados, além daqueles comprovadamente vagos.

Julgue os itens subsequentes, em relação às estruturas linguísticas do texto 3.

38. Os vocábulos “inviável” e “prédio” são acentuados graficamente de acordo com regras de acentuação gráfica distintas.
39. No trecho “Abandonado, o prédio, propriedade da União”, no segundo parágrafo, o vocábulo “Abandonado” caracteriza “prédio”.
40. No trecho do segundo parágrafo “deve ser destinado à Marinha, que assumirá o ônus”, o vocábulo “que” classifica-se como pronome relativo e retoma “Marinha”.
41. Em “pois considerou-se inviável a obra”, no primeiro parágrafo, o vocábulo “pois” tem valor semântico de causa.

42. No trecho do primeiro parágrafo “permanece vazio há cerca de oito anos”, a forma verbal “há” poderia ser corretamente substituída por “fazem”

TEXTO 4

A falta de interação social na espécie humana causa uma carência imensurável e faz com que surjam indivíduos incapazes de racionalizar e entender como lidar com o outro. Tudo isso cria um acúmulo de necessidades que acaba justificando o grande aumento do número de animais de estimação nas últimas décadas. Com a diminuição da formação de novas famílias, os animais de estimação acabaram surgindo como opção para canalizar essa necessidade afetiva.

As relações afetivas humanas apresentam desafios e, para terem sucesso, precisam de equilíbrio, compreensão e cooperação. Quando os humanos, em seu estado de carência maior, optam por uma relação afetiva unilateral com seus animais de estimação, criam uma expectativa fantasiosa de preenchimento e amor que tem consequências graves.

Os animais de estimação precisam de humanos fortes, seguros, capazes de tomar decisões, das mais simples às mais desafiadoras. Esses animais não devem ser considerados salvadores, nem usados como justificativa para o seu dono não conviver com outros humanos, pelo contrário. O convívio com animais de estimação deve ser uma oportunidade de as pessoas mostrarem seu potencial humano, suas habilidades de liderança e de viverem em um mundo mais harmônico.

[ADAPTADO] Internet: <www.educacaocanina.org>

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do Texto 4, julgue os itens subsequentes.

43. A tese defendida no texto 4 é a de que a convivência com os animais de estimação deve ensejar a manifestação do potencial humano.

44. Depreende-se da leitura do primeiro parágrafo que o aumento do número de animais de estimação é consequência da falta de interação social entre as pessoas.

45. O emprego do sinal indicativo de crase em “das mais simples às mais desafiadoras”, no segundo parágrafo, é obrigatório.

46. Em “Esses animais não devem ser considerados salvadores”, no último parágrafo, a forma verbal “devem” poderia ser substituída por “deveriam” sem prejuízo da coerência e da correção gramatical

47. As expressões “de estimação” e “de humanos fortes”, em “Os animais de estimação precisam de humanos fortes”, no terceiro parágrafo, exercem a mesma função sintática.

48. É facultativo o emprego das vírgulas presentes no trecho do segundo parágrafo “apresentam desafios e, para terem sucesso, precisam de equilíbrio”.

49. O vocábulo “que”, no trecho do segundo parágrafo “acúmulo de necessidades que acaba justificando...”, é classificado gramaticalmente como conjunção.

50. No último parágrafo, no trecho “usados como justificativa para o seu dono não conviver com outros humanos”, o termo “justificativa” está empregado com o mesmo sentido de “desculpa”.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

Acerca da organização administrativa e do ato administrativo, julgue os itens a seguir.

- 51.** A descentralização administrativa ocorre quando o poder central distribui competências a outras entidades, dotadas de personalidade jurídica própria, para que desempenhem atividades administrativas específicas.
- 52.** A autoexecutoriedade é um atributo dos atos administrativos que permite sua imediata execução pela própria administração, independentemente de ordem judicial, mas não está presente em todos os atos, diferentemente da exigibilidade, que consta em todos os atos administrativos.
- 53.** Se um serviço público for prestado por uma entidade administrativa que não se subdivide internamente, pode-se dizer que tal serviço será ao mesmo tempo descentralizado e concentrado.
- 54.** A administração direta é composta pelos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios.
- 55.** A presunção de veracidade significa que os atos administrativos são considerados verdadeiros e legais, vedada a produção de prova em contrário.

O Tribunal Superior Eleitoral deseja contratar empresa para fornecer material de escritório para todos os seus setores. Considerando a obrigatoriedade de utilização da modalidade de pregão para a aquisição pretendida, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 56.** A modalidade pregão não pode ser utilizada para a aquisição de bens de consumo, como material de escritório, pois se destina exclusivamente a serviços.
- 57.** A contratação deverá ser realizada utilizando-se o critério de julgamento de menor preço, que é obrigatório no pregão.

No início de janeiro de 2024, o município Beta foi severamente atingido por uma enchente que causou grandes danos à infraestrutura local, incluindo a destruição de pontes, ruas e o comprometimento do fornecimento de água e energia elétrica. Devido à calamidade, a Prefeitura precisou agir rapidamente para restabelecer serviços essenciais e garantir a segurança da população. Diante dessa situação, a administração municipal identificou a necessidade urgente de adquirir materiais de construção e contratar serviços de engenharia para a reconstrução das pontes e das redes de água e energia. Considerando que a demora em realizar esses reparos poderia agravar ainda mais os prejuízos e comprometer a continuidade dos serviços públicos, o prefeito decidiu dispensar a licitação para essas contratações. Acerca de dispensa e inexigibilidade de licitação, julgue os itens a seguir.

- 58.** Em caso de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que cause prejuízo ou comprometa a segurança de pessoas, adotar-se-á obrigatoriamente a contratação por dispensa de licitação.

59. Nesse caso, a adoção da contratação direta fica limitada à aquisição dos bens e à execução das obras e dos serviços necessários ao atendimento da situação emergencial e que possam ser concluídas no prazo máximo de um ano, a contar da causa da contratação.

60. Na situação narrada, o contrato firmado em decorrência da contratação direta poderá ser prorrogado após o prazo de um ano, se imprescindível à conclusão do objeto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

61. Acerca das normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue o item subsequente.

As normas de eficácia contida diferem das de eficácia plena no que diz respeito à aplicabilidade imediata e irrestrita.

62. É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, mesmo em se tratando de vacinas testadas, aprovadas e registradas.

63. O salário-mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial, salvo nos casos previstos na CF.

64. Leona nasceu na Itália, filha de pai brasileiro e mãe italiana, tendo sido registrada em repartição brasileira e Italiana competente, motivo pelo qual possuía dupla cidadania. Em determinado momento, resolveu adotar unicamente a cidadania italiana e, para tanto, renunciou expressamente a nacionalidade brasileira, perante autoridade brasileira competente. Anos depois, casou-se com José, brasileiro e passou a residir no Brasil. Leona passou a se interessar pela vida política e pretende recuperar a nacionalidade brasileira para se candidatar ao cargo de Presidente da República. Nessa situação, ela não poderá fazê-lo, pois readquirirá a nacionalidade brasileira na condição de brasileira naturalizada.

65. Os Senadores, Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

66. Em relação à organização político-administrativa do Estado, julgue o item a seguir:

Entre os bens da União incluem-se as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países, as praias marítimas, as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas dessas últimas as que contenham sede de estado -membro, apenas.

67. Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

68. Com relação ao Poder Legislativo, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Suponha que Tício, eleito e diplomado como Deputado Federal, mas ainda não empossado no mandato parlamentar, foi surpreendido pela Polícia em flagrante delito.

Assertiva: Tício não poderá ser preso, independentemente do crime praticado, uma vez que a Constituição Federal veda a prisão em flagrante de parlamentares, mesmo que eles ainda não tenham tomado posse.

69. No que tange ao Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originalmente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

70. Julgue o item no que tange às funções essenciais à Justiça previstas na Constituição Federal de 1988.

O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

DIREITO ELEITORAL

Nelma Fontana

Sobre os órgãos da Justiça Eleitoral e o exercício de direitos políticos, julgue os itens abaixo.

71. O princípio da anualidade previsto na Constituição Federal de 1988, por representar expressão da segurança jurídica, é garantia fundamental e cláusula pétrea.

72. É vedada a edição de medida provisória sobre direito eleitoral, partidos políticos e direitos políticos.

73. Compete privativamente ao Tribunal Regional Eleitoral propor a criação ou extinção dos cargos administrativos e a fixação dos respectivos vencimentos.

74. O Tribunal Superior Eleitoral é composto por integrantes provenientes da magistratura, da advocacia e do Ministério Público.

75. Segundo a Constituição Federal de 1988, a organização e a competência de tribunais, de juízes de direito e de juntas eleitorais deve ser tratada por lei complementar. O Código Eleitoral foi editado como Lei Ordinária, pois anterior à Constituição Federal. Assim, as normas do Código Eleitoral que tratam desses assuntos não foram recepcionadas pela Constituição Federal.

Sobre as eleições, coligações, convenções para escolha de candidatos e registro de candidatos, julgue os itens.

76. A vedação à celebração de coligações aplica-se às eleições proporcionais, mas não às eleições majoritárias.

77. O Tribunal Superior Eleitoral é competente para registrar os candidatos a presidente e vice-presidente da República, senador, deputado federal, governador e vice-governador e deputado estadual.

78. Com base na maior concretização dos direitos fundamentais e políticos, visando evitar fraudes e perseguições políticas, atualmente se admite candidaturas avulsas, ou seja, de pessoas não filiadas a partido político.

79. As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da comunicação da intenção de registro da candidatura, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade.

80. São inelegíveis aqueles que não estejam filiados a partido político há, pelo menos, um ano antes da eleição.

81. É exigida a fluência na língua portuguesa para fins de alistamento eleitoral em todos os casos.

82. Para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial ou profissional, não sendo aceitos outros vínculos para esse fim.

83. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios, no Brasil, para os cidadãos maiores de dezoito anos, exceto para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os conscritos, sendo o voto facultativo para estes.

84. Para os eleitores que já realizaram o cadastramento biométrico, o E-Título (via digital do título de eleitor) dispensará a apresentação de outro documento de identificação no dia da votação.

85. No caso de perda, extravio, inutilização ou dilaceração do título eleitoral, segundo disposto na Resolução TSE 23.659/2021, a pessoa que possuir inscrição regular ou suspensa poderá emitir a via digital do título eleitoral por meio do aplicativo e-Título. A emissão de segunda via se dará a qualquer tempo.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

86. Pessoa recém-nascida é dotada de capacidade de direito.

87. É incompatível com a Constituição Federal o direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meio de comunicação social.

88. O encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica autoriza que se decrete a sua desconsideração, em conformidade com a teoria maior.

89. A fixação de domicílio corresponde a um ato-fato jurídico.

90. Não correm nem prescrição nem decadência contra os absolutamente incapazes.

- 91.** O comodato classifica-se como contrato unilateral e real.
- 92.** As partes negociantes não poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais, devendo submeter-se aos parâmetros estabelecidos em lei.
- 93.** A cláusula resolutiva tácita, para operar efeitos, depende de interpelação judicial.
- 94.** Na venda imobiliária, presume-se que a referência às dimensões foi meramente enunciativa, quando a diferença encontrada não exceder 20% da área total enunciada.
- 95.** O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, ou sejam transferidos ao patrimônio de terceiro, caso venha a sobreviver ao donatário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

- 96.** A Cooperação Jurídica Internacional é o meio pelo qual os entes estatais se articulam para colaborar com a solução de demandas que correm em outros Estados a fim de manter suas relações internacionais, bem como garantir direitos humanos. Sobre o tema, analise a afirmativa abaixo:
- O procedimento da carta rogatória perante o Supremo Tribunal Federal é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

- 97.** A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. Sobre o tema, analise a afirmativa a seguir:

Efetivada a tutela cautelar de caráter antecedente, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

- 98.** A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. Sobre o tema, analise a afirmativa a seguir:

Sob nenhum argumento o indeferimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente obsta que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse.

- 99.** Os atos processuais são ações ou manifestações praticadas pelas partes do processo. Podem ser unilaterais ou bilaterais, e consistem em declarações de vontade que têm o poder de criar, alterar ou encerrar direitos processuais.

Ao dispor sobre o tema, o Código de Processo Civil determinou a realização dos atos processuais em dias úteis, das 6 às 22 horas, mas não adotou o sistema da instrumentalidade das formas.

- 100.** Tina, que mora em São Paulo, e Rodrigo, que mora em Uberlândia, fizeram um contrato de compra e venda de uma casa localizada em São Paulo. No contrato, pactuaram que eventuais litígios seriam resolvidos no foro de Erechim-RS. Sobre a situação em comento, analise a preposição a seguir:

É permitida a atuação do juízo aleatório quando for possível as hipóteses de eleição de foro.

101. Tina, que mora em São Paulo, e Rodrigo, que mora em Uberlândia, fizeram um contrato de compra e venda de uma casa localizada em São Paulo. No contrato, pactuaram que eventuais litígios seriam resolvidos no foro de Erechim-RS. Sobre a situação em comento, analise a preposição a seguir:

O julgamento da demanda em comarca onde não reside o demandante e não sendo o local do fato e nem capital do Estado, por não ter nenhum fundamento legal, viola o princípio do juiz natural.

102. Adão propôs uma ação contra o Estado X. Após o devido processo legal, houve a aplicação do entendimento do Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos, gerando a condenação do Estado ao pagamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Nessa situação:

A observância da obrigatoriedade ao duplo grau de jurisdição ainda não seria observada caso o valor da condenação fosse de 400 salários-mínimos.

103. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente. Nessa situação, é facultado ao réu oferecer a impugnação ao cumprimento de sentença, sem efeito suspensivo, fato que permite a prática dos atos executivos.

104. Visando obter uma reforma da decisão impugnada, João interpôs recurso depois de uma sentença condenatória em primeiro grau de jurisdição. Nessa situação, é cabível juízo de retratação e o juízo de admissibilidade será feito pelo juízo de primeiro grau.

105. O processamento da ação perante o Juizado Especial Estadual é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum. Escolhendo o Juizado, o processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

106. Julgue o item a seguir à luz da aplicação da lei penal.

Aplica-se a lei penal brasileira, em razão da extraterritorialidade condicionada, ao crime ocorrido em solo americano, quando for contra a vida do Presidente da República.

107. Julgue os seguintes itens, referentes à aplicação da lei penal.

O Código Penal Brasileiro possui regras específicas em relação às embaixadas, de forma que, além de invioláveis, constituem extensão do território do país que representam.

108. Com relação à aplicação da Lei Penal, julgue o item que se segue.

O princípio da irretroatividade da lei penal, por expressa previsão constitucional, é excepcionado quando houver lei penal benéfica ao réu. Isso significa que a lei penal retroage em favor do réu, desde que inexistir sentença com trânsito em julgado.

109. Acerca da imputabilidade penal e das excludentes de ilicitude, julgue o item.

O agente que estiver amparado pela legítima defesa não responderá pelo excesso culposos, respondendo apenas se o excesso for doloso.

110. É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, seja culposa ou proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

111. Julgue os itens a seguir com base no que dispõe o Código Penal Brasileiro.

A culpabilidade tem como elementos a imputabilidade, a exigibilidade de conduta diversa e o nexo de causalidade.

112. Julgue o item a seguir à luz da teoria da pena.

O agente reincidente poderá ter a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos.

113. Julgue o item a seguir à luz das penas privativas de liberdade previstas no Código Penal brasileiro.

As penas privativas de liberdade poderão ser de reclusão ou detenção, podendo aquela ser cumprida em regime fechado, semiaberto e aberto e essa, apenas, em regime aberto, sendo vedada a transferência para o regime fechado.

114. Acerca do tema ação penal, expresso no Código Penal, julgue os itens a seguir.

O perdão do ofendido é admissível após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

115. A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

LEGISLAÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

Acerca dos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13.869/2019, julgue os itens de **116** a **118**

116. São penas restritivas de direito a prestação de serviço à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, mandato ou função pública pelo período de um mês a seis meses com perda de vencimentos e vantagens.

117. A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública e incondicionada.

118. Os crimes de abuso de autoridade cabem na forma dolosa e culposa

119. Os crimes contra as finanças públicas cabem na forma dolosa e culposa.

120. A pena de multa cominada aos crimes em licitações e contratos administrativos seguirá a metodologia de cálculo prevista no Código Penal e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta

Discursiva

Discorra sobre o conjunto de regras empregadas no sistema eleitoral brasileiro para efetuar a conversão de votos em cadeiras de vereadores e deputados, mencionando os respectivos suplentes e regras adicionais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
